



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – GRAU LICENCIATURA

**O CONTROLE DOS CORPOS E A DEFESA DA CULTURA POPULAR:
REPRESENTAÇÃO DO ENTRUDO NAS PÁGINAS DA *MARMOTA* (1849-1857).**

Leticia Moraes Fernandes Godoy.

Foz do Iguaçu
2025

**O CONTROLE DOS CORPOS E A DEFESA DA CULTURA POPULAR:
REPRESENTAÇÃO DO ENTRUDO NAS PÁGINAS DA *MARMOTA* (1849-1857).**

**EL CONTROL DE LOS CUERPOS Y LA DEFENSA DE LA CULTURA POPULAR:
REPRESENTACIÓN DEL ENTRUDO EN LAS PÁGINAS DE *MARMOTA* (1849-1857).**

Leticia Moraes Fernandes Godoy.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bonato.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História, sob a orientação do docente do referido curso, Tiago Bonato.

Foz do Iguaçu
2025

LETICIA MORAES FERNANDES GODOY

**O CONTROLE DOS CORPOS E A DEFESA DA CULTURA POPULAR:
REPRESENTAÇÃO DO ENTRUDO NAS PÁGINAS DA *MARMOTA* (1849-1857).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História, sob a orientação do docente do referido curso, Tiago Bonato.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bonato

UNILA – Paraná

Profa. Dra. Rosângela de Jesus Silva

UNILA – Paraná

Profa. Dra. Endrica Geraldo

UNILA – Paraná

Foz do Iguaçu, 31 de outubro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Dedico o presente artigo e a conclusão do curso de História à minha mãe, Elizabete Moraes da Silva, que sempre esteve comigo ao longo de toda a minha vida pessoal e acadêmica, me apoiou quando decidi cursar licenciatura, bem como em todos os outros momentos. Você vivenciou comigo todas as dificuldades e todas as conquistas nesses quatro anos, me ajudando em todos os aspectos e me motivando, sempre com um sorriso no rosto e palavras reconfortantes. Você é a minha base, meu alicerce, obrigada por tanto. Por isso, a ti te dedico tudo, e sem você eu certamente não seria a pessoa que sou hoje.

Agradeço também ao professor Hendrik Kraay, pela confiança de ter me escolhido como sua assistente de pesquisa ano passado, e por ter me dado a oportunidade de fazer o estágio na Universidade de Calgary, no qual eu pude descobrir e me interessar pelas complexidades do jogo do entrudo, ao ponto de decidir fazer um trabalho de conclusão de curso sobre a temática, e pensar em continuar estudando sobre História Cultural em um futuro mestrado. Os meses em que estive sob sua supervisão foram enriquecedores para minha trajetória e aprendizado.

Ao professor Tiago Bonato, agradeço por você ter sido o melhor professor que eu já tive, por ter me apoiado e me incentivado desde a primeira semana em que entrei na UNILA, lá em 2022, sempre com seu jeito cordial, atencioso, e com palavras gentis que levarei para a vida. Seu apoio foi essencial, tanto ao longo das disciplinas, quanto ao longo do processo de escrita do TCC.

Agradeço, ademais, aos outros professores que me marcaram nessa jornada universitária, que foram muitos, dentre eles e notadamente o professor Valdiney Lobo e a professora Juliana Pirola. Agradeço por todas as aulas, mas mais do que isso, agradeço pelo carinho e atenção fora da sala de aula, pelas dicas, e por construírem uma relação marcada por amizade, tornando minha experiência na universidade ainda mais bonita e significativa. Por fim, agradeço à professora Rosângela, que conheci ao final do curso e cujo suporte foi imprescindível. Agradeço-te por me apresentar as bases de como trabalhar com a imprensa, e te agradeço por todos os *insights* que fizeram com que eu conseguisse iniciar a escrita do artigo.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as duas primeiras fases do jornal da *Marmota*, entendendo como a *A Marmota na Corte* e a *Marmota Fluminense* representaram em suas tiragens o entrudo, jogo popular de origem portuguesa. Considerado bárbaro pela elite, o jogo passou a ser combatido pelas autoridades e amplos setores da imprensa, que defendiam sua substituição pelo carnaval “civilizado”, promovido pelas elites do Brasil imperial. O recorte temporal é a década de 1850, e, a partir de discussões teóricas sobre imprensa como fonte histórica, serão analisadas edições do periódico a partir da perspectiva da História Cultural. A pesquisa concluiu que a *Marmota* se diferenciou dos demais jornais do período, ao adotar uma postura de defesa da prática entrudista, resistindo às pressões do discurso dominante e reinterpretando-o. O jornal de Francisco de Paula Brito caracterizou o entrudo como belo e inofensivo, e não como uma prática selvagem.

Palavras-chave: *Marmota*, entrudo, civilização, cultura, Rio de Janeiro.

RESUMEN

Este artículo busca analizar las dos primeras fases del periódico *Marmota*, comprendiendo cómo *A Marmota na Corte* y *A Marmota Fluminense* representaron en sus circulaciones el *entrudo*, popular juego de origen portugués. Considerado bárbaro por la élite, el juego fue rechazado por las autoridades y amplios sectores de la prensa, quienes abogaron por su reemplazo por el Carnaval "civilizado", promovido por las élites del Brasil imperial. El marco temporal es la década de 1850 y, con base en debates teóricos sobre la prensa como fuente histórica, se analizarán ediciones del periódico desde la perspectiva de la Historia Cultural. La investigación concluyó que *Marmota* se diferenció de otros periódicos de la época, al adoptar una postura de defensa de la práctica *entrudista*, resistiendo las presiones del discurso dominante y reinterpretándolo. El periódico de Francisco de Paula Brito lo caracterizó como hermoso e inofensivo, y no como una práctica salvaje.

Palabras clave: *Marmota*, entrudo, civilización, cultura, Río de Janeiro.

Introdução

Ao longo do século XIX, motivado pela chegada da família real e da independência, o Brasil viveu um intenso processo de modernização, busca por um ideal de civilização e pela criação de uma identidade nacional que incluía a tentativa de disciplinar pessoas e práticas populares. Segundo Martha Abreu (1998), o Rio de Janeiro, capital e porta de entrada do Império, sofreu uma série de transformações urbanas e culturais, através de uma tentativa de europeizar os costumes e enfraquecer festas antigas coloniais. Nesse sentido, “Foram inúmeros os exemplos de atitudes cerceadoras e repressoras em relação a muitas festas, danças e músicas ali presentes” (Abreu, 1998, p.144). Esse artigo pretende estudar especificamente a proibição e a repressão de uma dessas práticas populares, o jogo do entrudo.

O entrudo, trazido pelos portugueses, era uma festa colonial que foi considerada imprópria para a modernização que se pretendia no Brasil independente. A prática entrudista, considerada a mais antiga manifestação carnavalesca praticada no Brasil, era a forma mais difundida de se brincar nos dias de carnaval. A palavra tem origem no latim *introitus*, que significa introdução, por serem os três dias que antecediam a quaresma (Pamplona; Holler, 2018, p.349). O jogo era praticado nas residências (entrudo doméstico) e nas ruas da cidade. Era uma espécie de batalha de confetes, pós, laranjinhas e limões feitos de cera e, especialmente, batalhas com água.

Nesse contexto, os bailes de carnaval com inspiração francesa surgem como uma alternativa, desenhados e desejados pelas classes altas da sociedade para substituir o *bárbaro* entrudo. A título de ilustração, segue apenas um dos exemplos que permitem inferir nesse sentido “A Sociedade Carnavalesca merece bem o título de benemérita por ter introduzido um divertimento que acabou de uma vez com o selvagem antigo entrudo.” (*Correio Mercantil*, 13 de jan. de 1856, p.01). Dessa maneira, pretende-se abordar a seguinte problemática: como a *Marmota*, em meio a uma conjuntura social e cultural que pressionava por uma suposta civilidade das práticas populares, representava e qualificava a manifestação cultural do entrudo em suas tiragens? O objetivo principal desse estudo é compreender, através da análise das páginas da *Marmota na Corte* e da *Marmota Fluminense*, os conflitos que existiam entre a cultura popular¹ e as imposições da cultura dominante e “civilizada”.

O presente artigo utilizará como fonte a imprensa do século XIX, momento no qual o jornal exercia forte influência sobre a população, sempre vinculado a determinados interesses e com intencionalidades. Segundo Colaço “A imprensa sendo o único meio de comunicação de massa, ditando ou desaprovando hábitos, exerceu uma forte influência na vida do povo” (Colaço, 1988,

¹ Não objetiva-se tratar de uma simples oposição entre popular x coerções das instituições ou dos dominantes, mas o modo como se articulam os condicionamentos de liberdade, e como essas disciplinas são derrubadas. E o uso do termo “popular”, utilizado no artigo para caracterizar a manifestação do entrudo está baseado em Chartier, quando o autor diz “cultura ‘popular’, na condição de não definir esta como uma cultura própria dos mais desprovidos por oposição à dos notáveis, mas como um repertório de motivos e de comportamentos que são partilhados pelo conjunto da sociedade (o que não significa que sejam pensados ou manejados por todos da mesma maneira)” (Chartier, 2002, p.200).

p.22). Percebe-se, pois, a importância do estudo da imprensa enquanto fonte histórica da sociedade oitocentista². Nesse sentido, pretendo no presente artigo fornecer uma visão geral sobre o periódico “*A Marmota na Corte*” (1849-1852), posteriormente denominada “*Marmota Fluminense*” (1852-1857) e nos anos finais somente “*A Marmota*” (1857-61 e 1864), apresentando aspectos do seu perfil e principalmente as representações do entrudo em suas páginas, especificamente nas primeiras fases de circulação do periódico (1849-1857).

A escolha da temporalidade justifica-se haja vista que a década de 1850 foi determinante para a repressão dessa prática popular pela elite e pela imprensa, devido ao contexto do Segundo Reinado (1840-1889) e ao surgimento das Sociedades Carnavalescas em 1855. Além disso, segundo Hendrik Kraay (2015), somente a partir da década de 1840 a imprensa se torna uma fonte útil no que se refere a documentar as festividades pré-quaresmais, pois é nesse momento que os jornais passam a documentar os esforços para reprimir o entrudo, assumindo nas crônicas uma postura de “criticar ou (mais raramente) defender o entrudo”³ (Kraay, 2015, p.429-430).

Partindo da perspectiva da História Cultural e dos conceitos teóricos desenvolvidos por Roger Chartier (2002), o artigo busca entender as lutas de representações em torno da prática do entrudo, e os “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus” (Chartier, 2002, p.17). Tais dinâmicas, embora inseridas no contexto do século XIX, continuam sendo pertinentes para refletir sobre embates contemporâneos. Analisar as representações do entrudo nos mostra como práticas culturais podem ser estigmatizadas e criminalizadas pelas elites, e como a imprensa pode ter um papel central, seja para reafirmar ou apropriar e questionar o discurso hegemônico, como pretendo desenvolver ao longo do trabalho. Sob esta perspectiva, torna-se imperativo aprofundar as pesquisas que contemplem a repressão de práticas culturais, como o entrudo.

Para tal, desenvolvi o artigo em três partes. Inicialmente, o objetivo é tratar do Brasil Império (1822-1889), demonstrando o contexto em que essas transformações ocorreram e da relevância dos periódicos no reforço do discurso de ordem, moral e civilização. Na sequência, tratarei de alguns pontos de atenção metodológica ao trabalhar com um jornal, buscando compreendê-los “no interior da sociedade que os gera e reatualiza como uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade” (Barros, 2021, p.422); e inserindo o jornal e seu proprietário, Francisco de Paula Brito (1809-1861), na dinâmica cultural e social do

² O artigo utilizou-se de uma pesquisa iniciada através da Mitacs Globalink, uma organização canadense de pesquisa sem fins lucrativos. Realizei um estágio de pesquisa com o professor H. Kraay, uma pesquisa quantitativa, com base na imprensa do século XIX. Deste modo, consulte e coletei as edições da *Marmota* (dentre outros jornais) por meio da Hemeroteca Digital Brasileira (<https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>), onde foi possível encontrar tais documentos e desenvolver meu acervo pessoal para posterior análise qualitativa.

³ Livre tradução do artigo de Hendrik Kraay, do inglês, originalmente: “*either criticized or (more rarely) defended entrudo*”. Todas as citações em inglês no artigo terão livre tradução da autora.

Segundo Reinado. Por fim, tratarei do estruço, a popularidade da prática, os setores sociais que tomavam parte no divertimento, quais eram as alegações que o levaram a ser proibido, e como este jogo apareceu nas seções da *Marmota*.

Brasil Império e a busca pela europeização.

Para tratarmos do posicionamento da *Marmota*, é essencial analisarmos o contexto histórico, pois “Qualquer jornal, antes de todas as questões mais específicas que devem ser consideradas, é produzido em uma época, no interior de uma sociedade, em um contexto histórico a ser compreendido” (Barros, 2022, p.593). Além disso, referente aos textos da *Marmota* especificamente, “alguns desses escritos eram estruturados a partir de discussões que estavam acontecendo na Corte, em meados do século XIX, e que acabavam por também se desenvolverem na imprensa” (Reis, 2020, p.53).

A tentativa de modernizar a cidade do Rio de Janeiro surgiu ainda antes do Império, com a vinda da família real em 1808. A cidade passou a ser o centro do mundo luso-brasileiro e, em seguida, base da prosperidade do país independente, local de expansão do café pelo Vale do Paraíba (Abreu, 1996, p.21). A construção da nova Corte na América dependia da metropolização da cidade, e “pressupunha uma marginalização da estética e das práticas que não conseguissem refletir esta mudança” (Schultz, 2008, p.07). Essa tarefa significava abraçar um antigo projeto, “civilizar”. A Corte financiou a construção de prédios, comércios, e instituiu uma busca por uma uniformidade cultural, bem como a redefinição de regras para a conduta pública (Schultz, 2008, p.09).

Se outrora a sociedade colonial caracterizava-se pela transposição de costumes vindos da metrópole, a partir da independência os países latinos, sem referências culturais de pertencimento, adotaram como referencial a França, com aspirações de romperem com o passado (Simionato, 2009, p.10). Portanto, quanto às inspirações para estética e cultura, Schultz (2008) explica que “Depois do fim das Guerras Napoleônicas [1815], quando o fervoroso patriotismo antifrancês começou a arrefecer, a corte portuguesa e a elite da cidade também começaram a se inspirar na França, como já tinham feito em Lisboa, a fim de encontrar modelos de refinamento” (Schultz, 2008, p.09).

O estabelecimento do Segundo Império na França foi outro fator para confirmar o francesismo das elites brasileiras, que ia além da cópia das modas, abrangendo-se na difusão de um modo de vida, se desenhando como um paradigma de civilidade para a sociedade tropical do Império (Alencastro, 1997, p.43). Dessa maneira, a elite do Rio de Janeiro iniciou a busca por copiar a “magnificência europeia”, especialmente francesa, e eliminar o que considerava antiquado.

Os gostos, o dialeto e as peculiaridades da colônia passam a ser ridicularizados (Schultz, 2008, p.14), inclusive as práticas culturais. Ao mesmo tempo, a disciplina social passou a ser o objetivo, e o policiamento aumentou. A Corte buscava fazer do Rio de Janeiro uma cidade

ordenada, moralizada, projeto sustentado pela concepção de “civilização” da Europa, mesmo com a contradição de possuir uma população composta por escravizados. Segundo Alencastro, em 1849 a Corte agregava a maior concentração urbana de escravos existentes no mundo desde o final do Império Romano, 110 mil escravos para 266 mil habitantes, devido especialmente à intensificação do tráfico negreiro no século XIX, criando um contraste entre a densidade de escravos e as pretensões civilizatórias da Corte (Alencastro, 1997, p.24-25).

A partir dessa realidade, a elite buscou mitigar a situação, para somente fornecer a aparência de uma Corte metropolitana. Forjou-se no Rio de Janeiro, a partir de então, um padrão de comportamento, visando moldar o país, tendo em vista que o escravismo brasileiro nessa proporção ameaçava a estabilidade da monarquia e preocupava a elite imperial (Alencastro, 1997, p.28). Na 1ª metade do século as alegações principais eram “segurança pública” e “tranquilidade”. E o contexto para a primeira rodada identificável de repressão ao entrudo foi, exatamente, o clima político tenso da abdicação de Dom Pedro I em 1831, que levou as portarias municipais a proibirem o jogo, proibição esta que continuou nos anos seguintes. (Kraay, 2015, p.445-446).

A partir de 1832, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro assumiu a responsabilidade de segurança, em termos de controlar as festas e manifestações populares (Abreu, 1996, p.160), e os espaços públicos. Os infratores passaram a ser multados com base nos Códigos de Posturas⁴. O Código de 1838, por exemplo, especificamente proibiu o jogo do entrudo e qualquer outro jogo em local público, e o ajuntamento de mais de quatro escravizados em qualquer local público ou taverna (Abreu, 1996, p.171). Essas mudanças ocorreram durante o período regencial (1831-1840), no qual houve a criação de uma série de dispositivos repressivos para controlar a ordem pública – quando passaram a vincular festas e a possibilidade de conspirações, em meio a uma conjuntura ameaçada por notícias de insurreições de escravos. Como uma questão de “segurança pública”, definir o lugar da escravidão e dos escravos na Corte se tornou uma preocupação de primeira ordem. Passaram a supervisionar os negros, e ocorreram prisões com diversas motivações, como alegações de perturbação da paz, capoeira (outra prática popular criminalizada, assim como o entrudo) ou “desordem”⁵. (Schultz, 2008, p.16-18).

Nos anos 1850, por sua vez, a alegação deixa de ser a tranquilidade pública, e concentra-se na questão da civilização e moralidade (Abreu, 1996, p.230). Crescem as preocupações com os costumes populares, sobretudo a partir de 1853 com o Ministério da Conciliação (1853-1857), que

⁴ Segundo Abreu (1996), as posturas eram leis municipais que visavam a manutenção da ordem pública. Elas eram periodicamente renovadas, e o não cumprimento de uma postura configurava contravenção. Abreu afirma que, comparando o Código do Rio de Janeiro de 1832 e 1838, notou um aumento na tentativa de controle do espaço público.

⁵ Schultz (2008) afirma que a noção de “desordem” seguia uma lógica racista para com grupos subalternizados, o foco era o que chamavam de “população hostil”: 80% dos presos pela Guarda eram escravos, e outros 19% eram “pessoas livres de cor”. Em muitos casos, as consequências eram açoites, e/ou serviço forçado. E, ainda segundo a autora, outros confrontos entre a Guarda e as pessoas negras não tinham mandato, e não eram sequer registrados.

favorecia a elite política. O jogo do entrudo, por sua vez, é proibido novamente em 1854 por meio de um edital, parte de uma série de medidas repressivas colocadas em práticas por Alexandre Joaquim de Siqueira, juiz e chefe de polícia da Corte (Godoi, 2014, p.218). Proibidos pelo bem da “moralidade” e considerados impróprios para uma capital civilizada, a polícia e os fiscais efetivaram uma política clara de selecionar quais eram os divertimentos inconvenientes, e quais eram adequados. A ação civilizadora dos anos 1850 buscava não só reprimir, mas direcionar a concepção de bons comportamentos e divertimentos (Abreu, 1996, p.247)⁶.

É nesse cenário que se fundaram as primeiras Sociedades Carnavalescas, para imitar as festas europeias, símbolos de “civilização”, frente aos “bárbaros brinquedos do entrudo” (Abreu, 1996, p.249). As Sociedades, como a primeira “Congresso das Sumidades Carnavalescas⁷” idealizada por escritores ligados ao *Correio Mercantil* (Godoi, 2014, p.219), eram responsáveis por organizar luxuosos bailes de máscaras, com entradas pagas, bem como desfiles em carros alegóricos para a alta sociedade carioca. Segundo Kraay (2015), aqueles que patrocinavam os bailes de máscaras e os desfiles eram membros da elite e classes médias, ocasiões em que os permitiam ostentar suas posições sociais. Clubes privados, como o Club Fluminense, faziam os preparativos para os sócios. Segundo Alencastro, os bailes carnavalescos de salão, privatizando um divertimento público para sócios que podiam adquirir ingresso, se tornaram “marca de distinção, coisa de gente fina. Em oposição ao “entrudo moleque”, festa pública para o grande público, evento de rua e alvo designado das cacetadas da polícia” (Alencastro, 1997, p.53). Assim, podemos perceber que o advento do carnaval e do baile mascarado de origem franco-italiano foi detalhadamente desenhado.

Quanto aos objetivos, o Club dizia o seguinte: “proporcionar às pessoas educadas e polidas da sociedade desta Corte um ponto de reunião, onde possam encontrar agradável passatempo com os lícitos divertimentos admitidos em tais estabelecimentos nas principais cortes da Europa” (*Correio Mercantil*, 14 de out. de 1853, p.02). Houve, inclusive, polêmica em torno de sua inauguração para selecionar quais seriam as “pessoas educadas e polidas”, os “melhores representantes da civilização” para serem sócios, pois algumas pessoas conhecidas foram riscadas das listas de subscritores do Club, apontadas como inaptas e indignas. Dentre elas, Paula Brito, dono da *Marmota na Corte*, ao que tudo indica por ser uma pessoa negra, mesmo sendo o proprietário do maior empreendimento gráfico do Império (Godoi, 2014, p.151). Nesse sentido, é válido lembrar o que postula Chartier, sobre as representações sociais serem determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, “Daí a importância de relacionar os discursos proferidos com a

⁶ Segundo Abreu (1996), foram proibidas até coisas mais simples, como tocar instrumentos na rua, mesmo que fosse para o sustento da sua família, para proibir “ajuntamentos”. Além disso, houve a tentativa de proibir casas de jogos, danças, fogos, realejos, batuques, dentre outras celebrações, inclusive festas religiosas.

⁷ Há inúmeras menções na grande imprensa agradecendo ao Congresso das Sumidades Carnavalescas por acabar com o entrudo. Dentre elas, “São dignos de louvor e de animação esses esforços da sociedade que iniciou a reforma de uma tradição barbaresca, anacrônica e imprópria da civilização atual.” (*Diário do Rio de Janeiro*, 04 de jul. de 1857).

posição de quem os utiliza” (Chartier, 2002, p.17). No caso, pessoas brancas da elite, com discursos permeados pelo poder e estratégias para legitimar um projeto reformador, bem como impor a maneira como as outras classes – ou outras cores de pele – poderão ou não participar desse projeto.

Ao mesmo tempo, foi realizada uma campanha negativa contra a prática do entrudo, engendrada por jornalistas, médicos, higienistas, entre outros segmentos, porque havia uma forte tendência em pauta, em que a herança africana e a portuguesa eram depreciadas e vistas, pelos intelectuais e cientificistas do século XIX, como atrasadas (Abreu, 1998, p.153). Mesmo sendo muito diferente no contexto imperial ser um escravizado negro ou descendente de português, o contexto exterior (teorias *científicas* da 2ª metade do século XIX) influenciou a ânsia por mudar os costumes. Os intelectuais, médicos e escritores “abominavam a origem africana (e também a portuguesa⁸) ou defendiam a mestiçagem (e a imigração) como fator de branqueamento” (Abreu, 1998, p.154). A intenção era, portanto, inviabilizar para o futuro do país qualquer possibilidade de que festas coloniais fossem vir a ser símbolos de nossa nacionalidade (Abreu, 1998, p.166).

A intervenção da imprensa sobre os costumes locais, ademais, tornar-se-ia dominante, haja vista que “no bojo da sociedade que almejava consolidar-se como nação, os redatores da imprensa tomavam para si a imagem de construtores do Estado nacional” (Santos, 2009, p.12). Os jornais do período, incentivando a substituição do entrudo pelas máscaras, traziam nas edições dos dias anteriores às festanças a Postura Municipal vigente, que proibia jogar o entrudo “Faço saber aos que o presente edital virem, que se acha em execução a seguinte postura: Tit. 8 § 2º Fica proibido o jogo de entrudo dentro do município; qualquer pessoa que o jogar incorrerá na pena de 4\$ a 8\$”; e “não tendo com que satisfazer sofrerá de 02 a 08 dias de prisão” (*Diário do Rio de Janeiro*, 15 de fev. de 1857, p.02). O trecho, escrito pelo escrivão de polícia Antônio Joaquim, também trata da pena para os escravos, 08 dias de cadeia, ou 100 açoites, a depender da escolha de seu senhor.

O *Jornal do Comércio* após o surgimento dos bailes carnavalescos publicou em três edições o trecho “É proibido jogar entrudo dentro dos teatros, ou seja, com limões de cheiro, polvilho ou qualquer outra coisa. Os infratores serão, além de multados, processados por desobediência [...], o entrudo não só é proibido pelas posturas da Câmara, mas até por diversas ordens de governo e autoridades policiais” (*Jornal do Comércio*, 13 de fev. de 1857, p.04). Na sequência, o jornal nos fornece indícios para percebermos o que era considerado imoral, ao dizer que seria preso aquele que perturbasse a boa ordem e a segurança pública, ou “insultar ou ofender os bons costumes por gestos ou palavras, será imediatamente advertido e na reincidência, expulso da casa” (*Jornal do Comércio*, 13 de fev. de 1857, p.04). Ou seja, inclusive dentro dos bailes havia controle da moralidade.

⁸ Vieira (2006) explica que o antilusitanismo aumentou em meio às discussões sobre a construção do Estado brasileiro e a busca pela construção da identidade nacional, servindo como instrumento de coerção contra os portugueses. Além disso, existia uma forte rivalidade no campo político, pois a recente separação de Portugal havia provocado disputas de poder e concorrência pelos cargos públicos, possibilidade efetiva de intervir no Estado em construção. Esse sentimento cresceu nos grupos dirigentes e nas camadas populares, que buscavam o reconhecimento de seus direitos.

O *Diário do Rio de Janeiro* publicou uma correspondência da Bahia, dizendo que o entrudo foi proibido formalmente por um edital, demonstrando como foi se espalhando a proibição no país. O autor diz, sobre os bailes “bem sabe que é um divertimento que não chega para todos, e que ainda não estão acostumados a este melhoramento da civilização” (*Diário do Rio de Janeiro*, 25 de fev. de 1856, p.03). Meses depois, o *Diário* também publicou um pedido para que o povo votasse no desembargador Siqueira para presidente da Câmara Municipal, para pagar uma “dívida de gratidão” ao magistrado que “finalmente fez desaparecer para sempre o bárbaro, imoral e perigoso jogo de entrudo, herança de séculos remotos” (*Diário do Rio de Janeiro*, 06 de set. de 1856, p.02).

Por fim, é essencial destacar que embora o interesse das elites fosse o mesmo: o projeto de “civilizar” o país recém-independente, a percepção de como chegariam a esse objetivo divergia. Se, por um lado, uma parcela dos intelectuais e jornalistas considerava como o melhor caminho o afrancesamento de costumes e a rejeição da herança portuguesa para atingirmos o *progresso*, por outro lado existia outro projeto político-cultural que valorizava a herança colonial, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 no Rio de Janeiro. Em suma, o órgão visava construir uma identidade nacional brasileira e a inserção do Brasil no seio da civilização ocidental, mas valorizando em sua produção historiográfica aspectos singulares brasileiros⁹ e aspectos herdados de Portugal, considerando o “forte vínculo existente entre a instituição e o Estado imperial brasileiro” (Armond, 2016, p.06).

A revista do IHGB representava o pensamento de uma elite urbana e letrada detentora de poder (principalmente político), e buscava um “passado comum” para reforçar um sentimento de pertencimento entre os membros do nascente Estado nacional. Os intelectuais que participavam na produção do Instituto se esforçavam por exaltar o período colonial, porque em seu discurso o projeto civilizacional brasileiro havia começado com os portugueses, e agora continuaria com a independência, mas mantendo as conexões com a civilização europeia (Armond, 2016, p.27).

A historiografia produzida era essencialmente monarquista, vinculada ao projeto do Segundo Reinado, e o próprio Dom Pedro II participava das reuniões, como ouvinte e orador, e era responsável por 75% do seu financiamento (Armond, 2016, p.24). Assim, o discurso do IHGB estava estritamente relacionado à busca por civilização em voga na época, e os dois discursos que vimos eram frutos do mesmo objetivo: busca pelo *progresso* nacional, cada qual à sua maneira.

Os jornais no século XIX e o perfil editorial da *Marmota*

Os jornais estiveram muito presentes na vida urbana nos últimos três séculos, convertendo-

⁹ O “índio” foi o elemento eleito como relativamente positivo na formação do brasileiro. Contudo, é válido explicar que os indígenas foram abordados de uma forma idealizada, romântica, sendo apresentados como exóticos, mas capazes de se adaptarem ao “mundo civilizado”. Os negros, por sua vez, foram praticamente ignorados pelos autores do IHGB, ou mencionados em situação inferior (Armond, 2016, p.31 e 37).

se em uma fonte capaz de oferecer informações e discursos para a análise das sociedades que os produziram (Barros, 2021, p.422). Contudo, para que possamos tomá-los de um ponto de vista historiográfico, precisamos compreender a fundo algumas de suas características, como, por exemplo, a sua periodicidade, materialidade (tamanho e quantidade de páginas), publicização (preço, alcance), gama de assuntos englobados, e segmentos de leitores. Além, claro, de conhecer seus proprietários, colaboradores e editores.

É imprescindível conhecermos as pessoas por trás do periódico, visto que eles “Determinavam as temáticas que seriam publicadas. Afinal, o jornal, por si só, não podia expressar nenhum debate, estando suas discussões relacionadas às escolhas daqueles sujeitos” (Reis, 2020, p.19). O perfil editorial do proprietário e dos sócios nos ajudará na posterior análise historiográfica, para compreender como e por quais motivos (possivelmente) eles representaram o jogo do entrudo da maneira como o fizeram, majoritariamente defendendo-o. Além dos textos escritos pelo redator principal, nos deparamos com um número significativo de textos sem identificação no jornal da *Marmota*, inclusive muitos dos textos sobre o entrudo não possuem autor. Era uma prática comum à linguagem jornalística do século XIX, em que “ora usavam-se os asteriscos, ora iniciais” (Santos, 2009, p.18), uma vez que o nome do autor poderia afastar ou atrair o leitor para o texto.

Portanto, ao trabalharmos com jornais, convém observar que os textos jornalísticos são “uma pequena e disputada arena discursiva” em que diferentes linguagens atuam, sendo elas primeiramente as representadas pelos jornalistas (autores) que procuram impor sua personalidade autoral, somado a uma linguagem geralmente com autoria não declarada, que imprime o estilo geral do jornal (Barros, 2022, p.594). Por essa razão, observamos que nas edições da *Marmota* não há uma uniformidade, um discurso único no qual ecoa uma só voz, e que a representação do entrudo também foi realizada de maneira polifônica (multi-autoral).

A *Marmota*, em geral “foi um jornal de variedades, fundado pelo tipógrafo-editor Francisco de Paula Brito em 1849, no Rio de Janeiro. Havia duas edições por semana e circulou de forma sistemática até 1861, sendo certo que houve números esparsos ainda em 1864” (Simionato, 2009, p.09). Embora o periódico não seja atualmente muito conhecido ou estudado, ele possui uma dimensão histórica e intervenção efetiva na cultura de seu tempo (Simionato, 2009, p.04). E, sendo Francisco de Paula Brito uma pessoa de poucos recursos, circular durante doze anos ininterruptos foi digno de reconhecimento. Para melhor caracterizá-la, no lugar de um subtítulo, a *Marmota* trazia junto ao cabeçalho os seguintes versos: “Eis a marmota / Bem variada, Pra ser de todos / Sempre estimada. Fala a verdade, Diz o que sente, / Ama e respeita / A toda a gente” (*A Marmota na Corte*).

O jornal dava ênfase às matérias ligadas à literatura e entretenimento, com a publicação de romances, poesias, “em oposição à grande imprensa do período, que se dedicava a textos mais noticiosos e aos debates políticos” (Simionato, 2009, p.03). Estava em consonância com os ideais

da época, em que se fomentava a ideia da necessidade de construir uma cultura nacional. Em um de seus números, escreveram “A sua *Marmota* corre todas as praças, ruas, becos, esquinas, corredores, casinhas e sobrados, e é vista por todos” (*A Marmota na Corte*, 23 ago. 1850, p. 04). Quanto à circulação, a edição de 27 de outubro de 1857, na página 02, registra que a tiragem regular era de 1000 exemplares por edição, e em uma ocasião específica chegou a alcançar 1600 exemplares. Quando comparada à imprensa do período (*Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Comércio*), Simionato classifica a *Marmota* como um pequeno jornal, “cuja principal característica talvez seja a pretensão de atuar diretamente na formação cultural e moral do leitor” (Simionato, 2009, p.09). Mas a folha agradava tanto que “ao longo daquele período, diversos outros jornais inspirados na *Marmota* do Rio de Janeiro apareceram em várias províncias brasileiras” (Reis, 2020, p.24).

Referente aos seus aspectos técnicos, a *Marmota* era bissemanal, sendo publicada às terças e sextas-feiras, com quatro páginas, no formato 32 × 23 cm (Simionato, 2009, p.21). Inicialmente, ela era formada por duas colunas de texto; a partir de 1852, passaram para três colunas. Segundo a autora, as seções não tinham nomes definidos, com exceção da primeira coluna, “A *Marmota*”, e a do “Folhetim”, com textos ficcionais de leitura rápida. Na primeira seção, é possível encontrar textos com diversas funções, desde informativos sobre o próprio jornal, até notícias sobre a cidade e sobre a família real. Contudo, isso não significa que não houvesse uma diagramação regular, pois, geralmente, o texto em prosa ocupava as primeiras páginas, ao passo que as últimas eram reservadas aos poemas e charadas. Nas páginas 03 e 04 havia versos de colaboradores, poemas conhecidos, charadas, etc. (Simionato, 2009, p.24).

Geralmente, as notícias sobre o entrudo apareciam na seção “A *Marmota*”, na primeira e/ou na segunda página. Essa informação é importante, “Afinal, era nessa primeira parte que estavam os artigos – segundo a concepção do redator – mais importantes e que atrairiam compradores” (Reis, 2020, p.52). Tânia de Luca reforça que analisar o que está em destaque é importante, porque é diferente figurar na capa do jornal, ou relegado às últimas páginas, uma vez que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra de determinada forma aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. Além disso, é necessário observar se “o assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte”, pois a ênfase em certos temas, além da linguagem e do conteúdo em si também são aspectos relevantes na pesquisa (Luca, 2005, p.140). No caso do entrudo, o assunto era tratado anualmente, especialmente em fevereiro e março, e em mais de uma edição. A presente pesquisa identificou que em 39 edições, somando as três fases do jornal, foram feitas menções relevantes ao entrudo e sua substituição pelo carnaval.

Quanto ao preço do exemplar, variou de 80 réis, como observamos “Números avulsos, 80rs” (*A Marmota na Corte*, 07 de set. 1849, p.01) até 160 réis “N^os avulsos, 160 rs” (*A Marmota*, 28 de dez. de 1860, p.01). Havia também o preço das assinaturas por período, que girava em torno

de três mil réis por três meses para a Corte e quatro mil para fora, em 1860. Para fins de comparação, Simionato (2009, p.23) informa que um par de sapatos na Corte custava cerca de 3.200 réis. Assim, o montante da assinatura trimestral da *Marmota* era equivalente a um calçado.

Quanto ao nome do periódico, Reis diz que “Marmota” no século XIX era o nome dado a uma câmara ótica, um brinquedo / objeto que funcionava como uma lente. Logo, “a marmota permitia que o indivíduo enxergasse melhor. Nesse sentido, o título do periódico foi elaborado tendo como base tal interpretação.” (Reis, 2020, p.21). Inclusive, em 1859, comemorando 10 anos de sua folha, Paula Brito publicou: “bicho dos alpes, ou câmara ótica, a *Marmota* continuará a ser vigilante atalaia dos interesses do povo, das letras, da ciência, do comércio, da indústria e das artes” (*A Marmota*, 09 set. 1859, p. 02).

Outra peculiaridade refere-se ao seu público alvo. Desde sua primeira edição, na primeira página, convida os rapazes, os estudantes, os caixeiros e as “simpáticas” meninas. Não se buscava, portanto, os leitores da grande imprensa do período, os “homens sisudos”, a quem interessava os textos políticos e noticiosos, seu objetivo era atuar na formação, cultural e moral, dos jovens. Em um momento, após a independência, com a reformulação dos costumes, obrigando a sociedade a “civilizar-se”, a *Marmota* pretendia veicular esses bons costumes para seu público, principalmente para os jovens estudantes que se dedicavam a ler e compor versos, e ao público feminino (Simionato, 2009, p.38). Quanto às mulheres, “a folha, partindo da noção de função instrutiva dos jornais oitocentistas, ocupava-se em garantir que as mulheres – principal público leitor – soubessem se portar diante de situações ocasionadas pela busca ao progresso” (Reis, 2020, p.10).

A folha dividiu-se em três fases, mas apesar dos nomes distintos, a diretriz editorial conservou-se essencialmente a mesma, com Francisco de Paula Brito em sua direção, e regularidade na publicação (Simionato, 2009, p.16). De 1849 a 1852, primeira fase, o principal redator foi Próspero Ribeiro Diniz. Rinaldo Santos, que analisou especificamente a primeira fase da *Marmota* em sua dissertação, afirma que o periódico nasce dessa parceria, entre duas pessoas que possuíam interesses divergentes, de modo que em suas páginas conviveram diferentes opiniões, “ora louvando o progresso da nação, ora denunciando seu atraso” (Santos, 2009, p.37). Ademais, os dois possuíam projetos antagônicos, Paula Brito pretendia proferir uma feição comercial a sua folha, enquanto Próspero Diniz escrevia através de uma vertente ácida, satírica e polêmica (Santos, 2009, p.44).

Santos diz, referindo-se a Próspero Diniz “Ao que parece, o jovem baiano não tinha, por assim dizer, muitos pudores em ferir suscetibilidades” (Santos, 2009, p.46). Ele possuía o tom jocoso como sua marca. Inclusive, o *Jornal do Comércio* e outros grandes jornais fizeram menções ao lançamento da *Marmota*, publicando um trecho que dizia “*Marmota Fluminense*: Publicou-se hoje o primeiro número deste divertido jornal do Sr. Próspero Diniz, antigo e muito acreditado escritor joco-sério da província da Bahia” (*Jornal do Comércio*, 07 de set. de 1849, p.03). Devido

às incompatibilidades supracitadas, a sua participação na gazeta não durou muito, e em 1852 uma desavença com Paula Brito pôs fim à sociedade. A empreitada foi um processo desafiador no início, já que os dois não contavam com um corpo editorial ou outros colaboradores (Santos, 2009, p.48).

Na segunda fase (1852-1857), Francisco de Paula Brito passou a ser o principal redator, além de permanecer como responsável pela direção do jornal. Nesse momento, com a abertura de uma empresa criada por ele, “Dous de Dezembro”, o periódico passou a contar com mais recursos, meios de impressão, tipografia, litografia, páginas mais adornadas, trazendo ilustrações (Simionato, 2009, p.17), e passando a custar 120 réis. Ademais, fazia-se durante essa fase remessa do periódico para fora da Corte. Sua empresa englobava uma oficina litográfica, que produzia imagens estampadas não só para a *Marmota*, como também para outros periódicos (Simionato, 2009, p.35).

Entretanto, em 1857 sua empresa é liquidada e F. de Paula Brito passa a ter grandes dificuldades financeiras. O tipógrafo, inclusive, emite uma circular pedindo aos leitores que tentassem ampliar o número de assinantes da revista, tendo em vista que com os recursos de que dispunha do momento, não conseguiria manter o periódico ativo (Simionato, 2009, p.19). Contudo, ele pôde manter a *Marmota* até 1861, com a ajuda de amigos, novos redatores, benfeitores cujos nomes não são mencionados, e das pessoas que passaram a assinar o recebimento do periódico em outras localidades. A folha cessou suas atividades com o seu falecimento, em dezembro de 1861, e teve um retorno inesperado em 1864, sob o comando de sua viúva, Rufina Rodrigues da Costa (Reis, 2020, p.21-22), com apenas 15 exemplares publicados.

O interesse do presente artigo é pensar o entrudo especialmente nas duas primeiras fases da *Marmota*, quando o foco da folha era a cultura. Conforme explica Reis “por volta dos anos de 1857, a folha passou a publicar artigos voltados para a política. [...] até os números finais da folha, a política se tornou o assunto mais usual nas edições pós-1857/1858” (Reis, 2020, p.37). Isso ocorreu porque Paula Brito, não gozando de boas condições financeiras e visando estender a folha por mais tempo, vendeu espaços na *Marmota Fluminense* a um amigo – corredator anônimo – que passou a publicar uma série de artigos políticos (Godoi, 2014, p.203).

Um último fator para levarmos em conta ao analisar a representação da *Marmota* sobre o jogo do entrudo é a origem e a trajetória de Paula Brito. Proveniente de uma família de libertos, com pai carpinteiro e mãe dona de casa, além de ser uma pessoa negra, como o próprio afirmava “Sou Brasileiro, ainda que homem de cor, a principal causa por que se me faz guerra; mas, que tanto me honro de o ser, como os que tendo a cor mais clara que a minha se gloriam de ser brancos” (*O Carioca*, 1824 *apud* Godoi, 2014, p.20). Como vimos no episódio do Club Fluminense, ele em muitas ocasiões sofreu tentativas de desprestígio pelos homens de seu tempo, por sua origem humilde e por ser negro (Simionato, 2009, p.75). Essas características também nos fornecem alguns indícios para compreendermos sua postura de defesa do popular jogo d’água, o entrudo.

Inicialmente, ainda adolescente ingressou como aprendiz na Tipografia Imperial, e foi redator no *Jornal do Comércio*, quando começou a juntar seus primeiros réis. Após a abdicação de D. Pedro I e com o dinheiro de seu trabalho, o jovem comprou a livraria de seu primo, e tornou-se livreiro-impressor. Segundo Godoi (2014), na década de 1840 ele foi ascendendo socialmente, após ter fundado a Tipografia Imparcial e expandido seu comércio, ao ponto de tornar-se “o proprietário de uma das melhores tipografias do Rio de Janeiro, por certo tempo superior à própria Tipografia Nacional” (Godoi, 2014, p.93). Tornou-se editor, vendia papel, livros, serviços gráficos, e foi ganhando espaço na cena cultural do Império. Vários nomes conhecidos frequentavam sua oficina, como Eusébio de Queirós e Gonçalves Dias, e P. Brito foi responsável por apoiar os que iniciavam na literatura, como o jovem Machado de Assis. No espaço da oficina, reuniu por 30 anos grandes personagens da cena fluminense para debater diversos temas, no que chamou de “Sociedade Petalógica”. O nome remetia à peta, mentira, daí o teor jocoso da sociedade (Santos, 2009, p.43).

É descrito como uma das figuras intelectuais mais interessantes do Segundo Reinado, além de redator-chefe de vários periódicos, um deles a *Marmota*, e cuja oficina, pelas impressões e pelos encontros, desempenhou papel relevante na cultura nacional (Simionato, 2009, p.104-105). Além disso, Francisco de Paula Brito é considerado por muitos como o primeiro editor brasileiro, e foi também precursor quanto à imprensa negra¹⁰.

Após a maioria de Dom Pedro II, F. de Paula Brito estabeleceu laços com políticos conservadores e com o próprio monarca, e a sua atividade editorial na década de 1850 passou a manter estreita relação com seus princípios políticos (Godoi, 2014, p.129). Inclusive, o nome “Dous de Dezembro” de sua tipografia era uma homenagem ao dia do aniversário do imperador, mesmo dia de seu aniversário. Ao fundar essa tipografia para o “progresso das Ciências e das Letras”, Godoi postula que o imperador certamente impressionou-se com o alcance do plano, tanto que outorgou a Paula Brito o título de Impressor da Casa Imperial (Godoi, 2014, p.155), e também se tornou o primeiro acionista da empresa (Simionato, 2009, p.60).

A *Marmota*, portanto, sempre produziu textos de exaltação e louvor à família imperial, e fazia anualmente homenagens ao aniversário de D. Pedro II. Os pontos supracitados “ratificam a ideia de que, evitando temas polêmicos do período, como a escravidão ou discussões políticas mais profundas, a *Marmota* buscava oferecer sempre apoio ao imperador e ao regime monárquico” (Simionato, 2009, p.59). Contudo, embora evitasse falar sobre temas raciais na *Marmota*, Paula Brito posicionou-se sobre as virtudes de um homem livre em um artigo publicado na *Marmota*

¹⁰ Ana Flávia Magalhães (2006) explica que o primeiro jornal de imprensa negra no Brasil, “*O Homem de Cor*” (1833), foi editado na tipografia de Paula Brito, assim como “*O Carioca*” (1833). Dentre outras reivindicações, eles advogavam o acesso dessa parcela expressiva da sociedade aos cargos públicos, e discutiam direitos dos negros. Assim, podemos entender que Paula Brito tem contribuições importantes no que a autora denomina imprensa negra (jornais que lutam contra a discriminação racial), além de se inserir no quadro de negros na imprensa, jornalistas negros que não trabalharam somente com questões raciais – como é o caso do seu jornal de entretenimento, a *Marmota*.

Fluminense de 08 de novembro de 1853, sugestivamente intitulado “O Preto Simão: A cor não faz o Herói, não, são seus feitos”. E, em 1840 com a chegada de D. Pedro II ao poder, ele publicou versos denunciando que, a despeito da proibição do tráfico em 1831, muitos africanos continuavam a aportar no país, e conclui afirmando “Essa filha da ignorância, Desumana escravidão!” (*A Mulher do Simplício*, 23 dez. 1840, p.04). Assim, percebe-se que a preocupação com a exclusão de cidadãos negros na sociedade era e continuou sendo central no raciocínio de Paula Brito.

É primordial reforçar, ademais, a preocupação do tipógrafo com as questões de feição nacional. O 1º número do periódico foi publicado no dia 07 de setembro de 1849, não por acaso. Mello Moraes Filho, escritor do século XIX, escreveu que o 07 de setembro era comemorado já na segunda metade do século, e que os poetas da Petalógica – sociedade de Paula Brito – participavam (Moraes Filho, 2002, p.127). Os jornais contemporâneos à *Marmota* também fizeram menções à independência do Brasil no dia 07 de setembro de 1849.

O *Jornal do Comércio*, por exemplo, escreveu “Estando fechadas hoje as nossas oficinas, por ser aniversário da Independência do Brasil, não será publicado amanhã o *Jornal do Comércio*” (*Jornal do Comércio*, 07 de set. de 1849). O *Correio Mercantil*, por sua vez, anunciou “Dia de festa nacional, por ser o aniversário daquele em que foi proclamada a independência do Império do Brasil”. E confirmou a festa que haveria no teatro São Pedro de Alcântara, em que tocariam o hino nacional (*Correio Mercantil*, 07 de set. de 1849, p.04). Assim, vemos que a escolha da data da 1ª edição da *Marmota* foi cuidadosamente pensada, considerando a vinculação com Dom Pedro II.

Por fim, tendo em vista a preocupação com o caráter nacional que possuía a *Marmota*, lia-se em seu primeiro número: “no seguinte número principiaremos ao mesmo tempo a análise dos mais importantes objetos desta Corte, isto é, tribunais, polícia, religião, civilização do povo [...], e justiça, Amém.” (*A Marmota na Corte*, 07 de set. de 1849, p.02). Nesta mesma edição fazia referências à decência, família e religião, e ao monarca, no texto intitulado “De gratidão do súdito reconhecido ao seu monarca obsequioso”, com autoria de Próspero Diniz.

Entrudo, cultura popular, proibição e suas representações na *Marmota*.

A origem exata do entrudo é uma questão de evidência dificultosa; contudo, parece que a gênese do folguedo remonta à Península Ibérica. Têm-se notícias de sua existência em Portugal desde o século XV, e nos séculos XV e XVI o jogo teria sido avassalador (Colaço, 1988, p.10). Enquanto na Espanha, França e Itália o sucesso do chamado “carnaval” ficava por conta das batalhas de flores e bailes de máscaras (nos séculos XV e XVI), em Portugal, por outro lado, os dias de “carnaval” eram celebrados através do entrudo. Lá, as pessoas atiravam pelas suas janelas laranjinhas e limões feitos de cera e preenchidos com água de cheiro, pós de sapato, claras de ovo, e utilizavam seringas para esguichar água uns nos outros, ou nas pessoas que passavam pelas ruas no

momento (Colaço, 1988, p.11). Houve também polêmicas em torno da prática, como, por exemplo, pessoas que chamavam o carnaval de entrudo, para reafirmar que as festas nacionais portuguesas eram superiores às mascaradas venezianas e parisienses (Calixto, 1984 *apud* Colaço, 1988, p.11).

A inspiração para tal divertimento possivelmente está na *buffonerie* medieval, espécie de batalha de confetes, ovos, urina e farinha, mas também jogos e disputas (Colaço, 1988, p.08), e, de maneira similar, o entrudo tornou-se esse hábito de divertir-se ao jogar água e outras substâncias nas pessoas. A prática entrudista seguiu na Península Ibérica até o século XIX, mas a partir de 1817 surgiram editais proibindo, cerceando e disciplinando o entrudo. Contudo, “Mesmo com as dezenas e centenas de prisões, o povo não deixava de divertir-se” (Colaço, 1988, p.10).

É válido destacar que, dependendo da região, também podiam atirar líquidos fétidos, inclusive urina e defecações humanas, bem como alimentos e pós. Ou, ainda, perfumes e tintas, variando a depender do gosto de cada um (Colaço, 1988, p.18). Para equipar as “munições”, utilizavam vasilhas domésticas, como bacias, jarras, urinóis, vasos, e posteriormente faziam trincheiras, escondiam-se “era uma correria, uma algazarra, um aguaceiro” (Colaço, 1988, p.19).

No caso do Brasil, o entrudo foi trazido por colonos portugueses ainda no alvorecer do século XVII, e permaneceu até o início do século XX, perdurando por séculos mesmo com o seu entendimento como festividade “fora da lei” (Monteiro, 2010, p.02). Em 1604, apenas quatro anos após o primeiro registro do jogo no Brasil, ele foi considerado uma prática ilegal (Melo Pinto, 2003, p.05). O decreto, emitido em Lisboa, instituiu multas de mil-réis para qualquer pessoa, escrava ou livre, que borrifasse água com seringas durante o entrudo; escravos que atirassem pedras ou laranjas durante esse período seriam presos e só liberados mediante o pagamento de uma multa de 500 réis por seu dono (Kraay, 2015, p.442). A partir de então, foram expedidos diversos documentos na tentativa de proibir o jogo. Apesar de todos os diplomas legais proibitivos, das sucessivas iniciativas estatais de repressão e controle, “a brincadeira se manteve durante o período colonial, estendeu-se por todo o Império e ainda pôde ser verificada nas primeiras décadas da República” (Monteiro, 2010, p.05).

De acordo com Monteiro (2010), o entrudo foi até meados do século XIX a principal e mais difundida manifestação carnavalesca no Rio de Janeiro, e o nome entrudo era utilizado para nomear o período festivo, ou seja, o conjunto de manifestações praticadas na cidade durante o carnaval. Entretanto, após o surgimento das Sociedades Carnavalescas em 1855 e das legislações proibitivas do jogo, a expressão “entrudo” passaria a “designar o jogo das molhadelas, em oposição ao carnaval” (Cunha, 2001 *apud* Monteiro, 2010, p.02). Em suma, constituía em uma oportunidade de pregar peças a conhecidos ou passantes, fazer pilhérias para ridicularizar o outro, “ações que fora daquele dado contexto podiam implicar em atritos e problemas” (Monteiro, 2010, p.02).

Era uma prática popular generalizada no país, que perdurou em seu apogeu em quase todo o

Norte, e nas províncias do Sul. Na Bahia, por exemplo, os preparativos começavam meses antes, famílias e conhecidos combinavam de brincar o entrudo, e rapazes estudantes até economizavam dinheiro das mesadas para comprarem as laranjinhas (Moraes Filho, 2002, p.116). Existem estudos, inclusive, que tratam de como era o entrudo especificamente em Santa Catarina (Colaço, 1988 e Pamplona e Holler, 2018), e na Bahia (Kraay, 2024, Moraes Filho, 2002). Quanto à popularidade na Corte, a *Marmota* afirmava: “O jogo do Entrudo, Tão bom como agora, até brinca a mais séria, mais grave senhora¹¹” (*A Marmota na Corte*, 12 fev. 1850, p. 01).

Participavam moças, rapazes, senhoras, senhores, famílias, todos, independentemente de sua posição social. Colaço diz que “nesses três dias de carnaval que se viam as maiores loucuras, praticadas por homens, aliás, decentes, e senhoras recatadas e modestas” (Colaço, 1988, p.19). Inclusive, “Paula Brito, a exemplo do próprio D. Pedro II, adorava a brincadeira por muitos considerada em total desacordo com os ideais de civilização que se pretendia imprimir no Império dos trópicos” (Godoi, 2014, p.217). Segundo Godoi (2014), o editor gostava tanto do entrudo que podia ser encontrado todo ensopado a arremessar e receber limões de cera nos dias de festa, fator que nos oferece indícios para compreendermos sua postura de defesa do jogo. Evidencia-se, ademais, que era um jogo muito popular em nosso país, difundido e apropriado por diferentes segmentos da população, livres, brancos, negros, e escravizados.

Contudo, é importante frisar que, em uma sociedade altamente hierarquizada e escravagista, embora o folguedo fosse difundido por todo o território e por todas as classes sociais, desde os escravos até a família imperial, ocorria de maneira distinta. Havia uma diferenciação entre o entrudo familiar, praticado pelas famílias abastadas da Corte, e o entrudo praticado pela população em geral do Rio de Janeiro (Monteiro, 2010, p.03). Essa diferença estava nos materiais utilizados, bem como nos espaços. A elite utilizava limões-de-cheiro e bisnagas, e a população mais pobre munia-se de materiais mais acessíveis, como água suja, café, groselha, tinta, lama e até urina (Pereira, 2004, *apud* Monteiro, 2010, p.03).

Os espaços ocupados por esses segmentos sociais também eram diferentes. Não era comum senhores e escravos “entrudando” juntos. Dentro das casas, a diversão tipicamente começava à tarde, após um banquete com ovos, queijos, presuntos, perus, e vinho (Kraay, 2015, p.433), e a função dos escravos no jogo das elites era meramente servir de apoio à brincadeira, provendo seus senhores do material necessário para o jogo, no entrudo doméstico (Monteiro, 2010, p.04). A população pobre e os escravos, por sua vez, ocupavam as ruas do Rio de Janeiro para se divertirem. Assim, a brincadeira não tinha um caráter unificador, ela retratava a “ritualização da desigualdade, sublinhando o papel social destinado a cada agente” (Pereira, 2004 *apud* Monteiro, 2010, p.04).

Kraay (2015) afirmou que “o entrudo era uma prática plural, moldada pelas hierarquias de

¹¹ Para melhor compreensão, este e todos os trechos citados da *Marmota* tiveram sua grafia atualizada.

raça, classe e gênero da sociedade carioca” (Kraay, 2015, p.431). Isto é, embora de fato envolvesse pessoas de todas as classes, não o fazia da mesma maneira. Como referido, o entrudo doméstico não desrespeitava hierarquias e não oferecia trégua à subordinação habitual dos escravos domésticos, haja vista que apenas seguravam as munições. E, nas ruas, homens e mulheres negras brincavam entre si, em fontes públicas com água gratuita e farinha barata (Kraay, 2015, p.436).

Segundo Kraay, enquanto os negros respeitavam os brancos (na maioria das vezes, como ele explica), os brancos não tinham cerimônia para molhá-los. Assim, enquanto os brancos os molhavam, o oposto era inaceitável. O historiador diz que muitas famílias, que em suas casas participavam do entrudo doméstico, viravam das janelas suas bolas de cera e baldes de água a fim de molhar os negros que passavam, pois consideravam irrisório, configurando, assim, “uma reprodução ritualizada da violência que sustentou a escravidão” (Kraay, 2015, p.437). Em alguns casos, havia uma transgressão dos limites sociais, quando quebravam janelas, ou entravam nas casas sem terem sido convidados, prática chamada de “assaltos”; porém, segundo Kraay, esses ataques parecem ter sido feitos por membros das próprias classes médias e altas (Kraay, 2015, p.440).

Nas décadas subsequentes (1860-1870), a esfera racial no entrudo tornou-se mais complexa e mais violenta. Homens e mulheres negras passaram a sofrer mais abusos e serem alvos de diferentes materiais, como gordura de porco, bananas podres, farinha dissolvida em urina, barro molhado, somado à violência física e verbal, por pessoas (civis e autoridades) que pretendiam afirmar sua superioridade sobre aqueles que estavam abaixo na hierarquia social (Kraay, 2024, p.21). Esses casos de entrudo, com episódios brutais, são entendidos pelo historiador como consideravelmente diferentes do entrudo das décadas anteriores (como 1850 que aqui tratamos), sendo esses episódios provavelmente motivados pelas agitações em torno do fim da escravidão e pela promessa de modificação das hierarquias sociais de longa data (Kraay, 2024, p.24).

Ao longo do século XIX o entrudo ganhou outra característica interessante: sua vinculação à imagem da monarquia, e se intensificou com a vinda da família real portuguesa, em 1808. Segundo Monteiro (2010), tal fato se dava pelo conhecido gosto da família imperial por sua prática, sendo comuns os festejos tanto em Petrópolis quanto no Paço Imperial. Diz-se que Dom João VI era: “louco por essa brincadeira. O segundo [Dom Pedro I] seguiu-lhe as pegadas” (Araújo, 1980 *apud* Colaço, 1988, p.12). A *Marmota* também mostrava o fato de o próprio imperador, Dom Pedro II, ser um entrudista: “O nosso Monarca, É fato corrente, Que brinca no Entrudo, Feliz e contente!...” (A *Marmota na Corte*, 12 fev. 1850, p. 01). Pensando na intencionalidade da folha, provavelmente há um direcionamento no sentido de questionar “Se até o próprio imperador entrudava, como os intelectuais poderiam se opor ao jogo?”. Mesmo assim, a intelectualidade da época protestava inflamada pelo fim do entrudo, veiculando pelos jornais seu perigo e sua perniciosidade (Melo Pinto, 2003, p.02).

Portanto, percebemos que o entrudo era um divertimento bastante difundido, e “por isso permaneceu por tanto tempo nos costumes do povo, mesmo com as inúmeras tentativas de substituí-lo por outras formas de diversão carnavalesca transportadas, a maioria continuava se divertindo da maneira que mais lhe agradava, entrudando” (Colaço, 1988, p.32).

Contudo, apesar da popularidade, ainda existiam os Códigos de Posturas e a preocupação com a manifestação cultural. Alguns argumentos eram comumente utilizados para reiterar a proibição do jogo em meados do século XIX: prejuízo à saúde, devido às constipações pela água; a brutalidade; e, principalmente, a alegação de que era uma prática bárbara, inapropriada para o país recém-independente. Todos foram utilizados pela imprensa do Império em uma tentativa de demonstrar a suposta necessidade de suprimi-lo, “através do bombardeio de artigos nos jornais mostrando seus aspectos negativos, atentado ao pudor, à moral, aos bons costumes, à dignidade, à higiene e à saúde; comparando-o à barbárie e ao regresso” (Colaço, 1988, p.23). Em contrapartida, o carnaval era comparado com ele, enaltecido, e relacionado à civilização.

O *Correio Mercantil* era um dos principais jornais da Corte que enaltecia os bailes como espirituosos, polidos, decentes, e se esforçava para apontar o entrudo como uma festividade negativa, que estaria a ponto de ser superada “Depois do carnaval de 1856, não resta dúvida de que o antigo entrudo morreu deveras”¹² (*Correio Mercantil*, 10 de fev. de 1856, p.01). São inúmeras as menções sobre o assunto nos anos entre 1856 e 1859. Em 1858, sobre as moléstias, dizia “esta folia [os bailes], que acertadamente substituiu as seringas e limões, que tão prejudicial era à saúde” (*Correio Mercantil*, 15 de fev. de 1858, p.04). E “o divertimento [baile] foi mais completo, e sem dúvida preferível ao dos limões constipadores” (*Correio Mercantil*, 13 de fev. de 1856, p.01). A visão do periódico estava em consonância com a ideia de que as lutas de água à tarde aconteciam após o jantar, “momento crítico para digestão”, o que levaria a inúmeras mortes (Kraay, 2015, p.444), somado ao fato de que as pessoas podiam ser surpreendidas com água ao caminhar nas ruas ao longo dos três dias, mesmo contra sua vontade, pegando frio ou moléstias.

Todavia, Colaço (1988) defende que, justamente pelo fato de o entrudo ter se mantido presente por tanto tempo e ter sido de grande aceitação da massa, é de se questionar os relatos referentes às suas trágicas consequências: “Acredita-se que ele não tenha sido tão funesto quanto foi denunciado, pois se assim fosse, a própria população se encarregaria de condená-lo e esquecê-lo, sem a necessidade de forças artificiais interferindo no seu processo normal de desuso” (Colaço, 1988, p.33). É pertinente reforçar que as pilhérias do entrudo somente cessaram com as referidas forças artificiais, após o surgimento das Sociedades Carnavalescas.

Referente à incivilidade, o *Correio Mercantil* destacava “Trata-se da reforma dos nossos

¹² Mesmo com o esforço das Sociedades, Moraes Filho (2002, p.50), que vivenciou a transição, afirmou que o carnaval não era tão popular quanto o entrudo, e precisou de diferentes acontecimentos para “renascer”. A própria *Marmota* afirmava, na edição de 15 de fev. de 1861, “O Carnaval não foi o que se esperava (coisa que quase sempre acontece)”.

costumes. Sempre que é abolida uma prática selvagem, de uso grosseiro, uma tradição bárbara, há ganho para todos” (*Correio Mercantil*, 10 de fev. de 1856, p.01). Na página seguinte, o jornal trazia uma correspondência da Bahia, louvando os “esplêndidos e agradáveis” bailes mascarados, que vieram “abolir o porco entrudo, no qual nos enlameava contra a civilização e o progresso”.

Por fim, a demasiada liberdade que as mulheres adquiriam durante esses dias, embora não citada explicitamente nos jornais como argumento (só diziam “imoralidade”), é apontada por vários autores como um dos fatores que levaram à elite a cercear o entrudo. Isto porque, durante a prática, as mulheres jogavam com rapazes, existindo um contato físico próximo ao atirar as bolas de cera, somado ao ato de molhar a roupa uns dos outros. Relata-se que as jovens se orgulhavam do número de vezes que precisavam trocar de roupa, pois refletia o ardor de seus pretendentes. Ao manter essa brincadeira em ambientes fechados, os patriarcas buscavam garantir que suas filhas encontrassem pretendentes adequados. Ainda assim, compreende-se que o entrudo relaxava convenções de gênero e testava os limites entre interação aceitável e inaceitável entre os sexos, mesmo que nos limites seguros do lar, onde apenas convidados eram bem vindos (Kraay, 2015, p.435).

Monteiro (2010) é outra historiadora que afirma que havia predileção feminina pelo entrudo, e que muitos relacionamentos amorosos se originavam devido às interações na manifestação carnavalesca, com iniciativa feminina. Nesse sentido, segundo ela, muitos textos foram produzidos pelas Sociedades Carnavalescas e destinados às mulheres, “apelando para sua intervenção no sentido de acabar com o entrudo, uma vez que era justamente entre elas que a brincadeira era mais fortemente apreciada” (Monteiro, 2010, p.04).

Nesse contexto, *A Marmota* aparece como um jornal de exceção, visto que em diversos momentos se posiciona contra a substituição do entrudo pelos bailes na década de 1850, chamados de “mascaradas”, indo contra a grande imprensa do período. Logo nos primeiros anos da folha, utilizam um poema para fazer o seguinte questionamento: “Pois acham melhor / A gente em tumulto / Tornar-se, com máscara, Figura de vulto? [...] Pois isto é melhor / Que o belo limão / Jogar nas meninas faceiras?... Pois não!” (*A Marmota na Corte*, 12 fev. 1850, p. 01). O jornal de Paula Brito utiliza esse e outros números para refutar, de certa maneira, os argumentos proibitivos supracitados, como a questão das mulheres, da constipação e da incivilidade, introduzindo uma nova perspectiva.

Contra o argumento de moléstia, no mesmo poema, *A Marmota* afirma que o jogo com água era apropriado para refrescar, conforme vemos pelo trecho: “Quem é que não gosta / Do Entrudo inocente / Que o corpo refresca / E o peito da gente. / E sendo a lavagem / Na febre amarela / Tão boa; o Entrudo / Remédio é pra ela”. Em outro momento, continua “Há nada melhor / Que a gente lavada / Em água de cheiro / A troco de nada?” (*A Marmota na Corte*, 12 fev. 1850, p. 01). O periódico ainda afirma que muitas pessoas utilizavam a brincadeira das águas cheirosas para se

lavar e que o frescor das águas diminuía o calor – pois se realizava em fevereiro, verão no Brasil.

Com relação às interações entre os sexos, a *Marmota* (que, como mencionado anteriormente, possuía grande público feminino) defende nesse e em outros momentos as interações como positivas, e não necessariamente como uma transgressão de moralidade. O autor conta ao longo dos versos o quanto gostava de poder jogar os limões e recebê-los, atirados pela moça que ama. Ele fala sobre paixão, e afirma que, enquanto os bailes só trazem namoros, “O entrudo mil vezes / Traz seus casamentos!” (*A Marmota na Corte*, 12 fev. 1850, p. 01).

Apesar da campanha negativa da imprensa e da proibição pelas Posturas Municipais, a *Marmota* demonstrava-se inconformada com tais resoluções. Ainda no poema de 1850, afirma “Portanto, a polícia / Não deve impedir / Que o povo se cure / Em se divertir”. E, questionando as Posturas, pergunta: “Um povo tão manso, não pode brincar?” / “Se nisto me oponho / Às leis do país / Quem faz o que eu faço / É que hoje é feliz” (*A Marmota na Corte*, 12 fev. 1850, p. 01). O autor diz ser uma pessoa franca, e conclui dizendo que era uma pena sua proibição “As autoridades / Não é sem pesar / Que o jogo do Entrudo / Procuram vedar!”.

Ao final, o redator diz que a busca por extinguir os costumes das antigas nações trará más consequências. Enquanto a imprensa do momento revelava em seu discurso a evidente busca da inserção do Brasil na cultura ocidental, nos moldes ingleses e especialmente franceses (Santos, 2009, p.28), a *Marmota* difere, e após a proibição do tráfico em 1850 e o incentivo à vinda de estrangeiros, assume uma postura de defesa dos portugueses e de crítica às demais nacionalidades, como ingleses, italianos e franceses (Santos, 2009, p.56).

Ademais, pensando no contexto, quando relacionamos a postura da *Marmota* de exaltação da herança portuguesa, podemos inferir que estava em consonância com os ideais do IHGB e de Dom Pedro II sobre como chegar ao “progresso”, no sentido de que o periódico também tinha o “intuito de desenvolver e disseminar valores e virtudes humanas consideradas civilizadas” (Armond, 2016, p.46), e entendia que era a influência portuguesa o fator chave capaz de integrar o Brasil no grupo das nações civilizadas. Inclusive, amigos próximos de Francisco de Paula Brito como Gonçalves Dias e Moreira de Azevedo foram sócios do Instituto Histórico.

Nesse sentido, para analisarmos as manifestações da *Marmota* referentes ao entrudo, devemos ter em conta que era um discurso hesitante, demasiadamente reticente às ideias e costumes franceses que se faziam presentes por todo o oitocentos, afinal “a assimilação de ideias francesas, em muitos casos acrítica, indiciava uma nova configuração no quadro cultural e social do jovem império, visto que elas gestavam profundas mudanças em nossas práticas e representações” (Santos, 2009, p.58). Assim, podemos pensar em um lusitanismo frente a um afrancesamento, que figura em alguns momentos da gazeta (Santos, 2009, p.58).

Em outro número da gazeta, vemos novamente a defesa do jogo por ser um costume

tradicional, criticando as Posturas, no texto denominado “Os Costumes”. O autor diz que estava pensando sobre certos editais, em que se proibia o entrudo e os limões de cheiro, e diz: “Ora, não é porque eu seja apaixonado por isto, [...], mas porque não gosto senão das coisas direitas e... eu passo a dizer porque razão acho essas ordens tortas”. Na sequência, explica “Quem estabeleceu esses costumes não foi nenhum edital, e nenhuma lei; foi, primeiro que tudo, a ociosidade dos povos [...]. É impossível remontar-me à época do seu nascimento, mas a razão natural e a mais útil é esta”. Na sequência, discorre sobre o porquê deveria ser mantido. Segundo ele, o homem compõe-se de corpo e espírito, e é necessário de tempos em tempos dar folga ao espírito, “ora, uma vez concedido isto, [...], melhor será que se conceda ao povo não só os divertimentos que já tem, como toda a casta de divertimentos que ele seja suscetível de engendrar e de acolher”. (*A Marmota na Corte*, 10 de set. de 1850, p.02). Em suas palavras, vemos que o autor “R.” considera a proibição do entrudo uma ordem torta, sendo o jogo um costume necessário para o ócio da população.

Lembrando que na primeira fase da *Marmota* existiam divergentes opiniões e uma escrita polifônica, podemos ver esse contraste através de exemplos. Na edição seguinte ao poema que defendia a prática entrudista, há um texto na primeira página, com autoria de “F. Conceição”, que critica duramente o entrudo. O artigo, denominado “O Carnaval”, inicia criticando a prática dos assaltos, que, segundo o autor, originavam muitas desordens, cujos “brincadores”, agressores e agredidos, transformavam a situação em uma arena de gladiadores. F. Conceição reconhece que “os limões de cheiro ainda não perderam seu império!... Oh! E há de ser muito difícil”. Mas afirmava “O baile de máscaras é o digno substituto do entrudo [...] brutal, insípido, e muitas vezes assassino, não se compadece com a civilização do nosso país” (*A Marmota na Corte*, 15 fev. 1850, p. 01).

A questão da civilidade era, indubitavelmente, o argumento mais utilizado para exigir o fim das práticas entrudistas, mais do que as alegações de constipação, liberdade feminina e brutalidade. Afinal, como vimos, a discussão dos costumes se insere em um quadro maior, e a *Marmota*: “Está integrada naquele cenário em que a imprensa atuava difundindo e discutindo os novos padrões de civilidade, que correspondiam ao anseio da jovem nação em inserir-se na cultura ocidental” (Santos, 2009, p.47). O Brasil e os novos países sofriam enorme influência da Europa, e o que se fazia lá, imitava-se aqui (Colaço, 1988, p.179). A difusão dos costumes era feita com sensacionalismo pela imprensa, tentando mostrar à população como deveriam ser os dias de carnaval, tornando o carnaval de fora um modelo a ser copiado. No texto da *Marmota* podemos observar isso, quando F. Conceição afirma:

Bem sabemos que não nos é possível imitar algumas das outras nações neste gênero de festa popular, como na Itália, por exemplo: não temos as ricas carruagens dos grandes senhores romanos [...]; nem também a delicada e suntuosa sociedade que se reúne nestes dias na Grande Ópera em Paris: porém, vamos já caminhando bem, e lá havemos de chegar (*A Marmota na Corte*, 15 de fev. de 1850, p.01).

Na sequência, o redator enumera os grupos sociais que tomavam parte em tais divertimentos, senadores, ministros, deputados, famílias, “abrilhantando o salão”. No parágrafo seguinte ele descreve os bailes no teatro São Pedro, destacando a elegância. Percebemos com essa edição da *Marmota*, de 15 de fev. de 1850, que havia uma tentativa de mostrar uma cultura avançada ou superior, pois quanto mais próximo do carnaval europeu, mais luxuoso e digno de um povo civilizado seria. Ademais, percebemos o que diz Alencastro (1997), quando afirma que ocorreu uma ruptura: “Separou-se a festa da rua, popular e negra, embora de origem portuguesa – o entrudo –, da festa do salão branco e segregado, o Carnaval” (Alencastro, 1997, p.52).

Em 1851, a gazeta trata sobre as mudanças de um tempo para o outro, como passou do entrudo para os teatros. No texto “O entrudo visto por duas faces” diz que “A brutalidade vai cedendo lugar ao espírito, ao bom gosto e ao bom senso”. (*A Marmota na Corte*, 04 de mar. de 1851, p.01). Todavia, nessa e em outras edições é possível observar nas entrelinhas que não é exatamente uma defesa do carnaval. Embora a edição de 15 de fev. de 1850 de F. Conceição pareça um elogio sincero aos bailes daquele ano, sendo um texto descrevendo as festividades, a edição de 1851 soa como ironia, ao dizer no primeiro parágrafo que “Não faltará muito, que vejamos correr pelas nossas ruas graciosos máscaras em lindos coupés [...], à imitação de Veneza e de Roma”.

Essa interpretação como ironia é reforçada, pois o escritor “C.”, na continuidade do texto, destaca o lado desagradável presente nos bailes, como o tratamento uns com os outros se encontrar em um patamar de valor zero, “só se trata por tu”; e dizendo “porém cuidado! que a dois passos dela, outra pessoa de quem não gostareis tanto, vigia incessante, e correrá ao menor abuso que praticardes!” (*A Marmota na Corte*, 04 de mar. de 1851, p.01). Na sequência, enumera outros fatores negativos dos bailes, diz que um sujeito “que jura nunca mais voltar a semelhante divertimento, no qual não achou sal algum! As constipações apanhadas na saída, seguindo-se a física, e depois *mortus est!*”. É interessante observar que a *Marmota*, invertendo a lógica dos demais jornais, utiliza o argumento da constipação contra os próprios bailes mascarados, na mudança brusca de temperatura ao sair dos teatros quentes para o ambiente frio das ruas.

Na edição seguinte, o periódico inicia defendendo o jogo do entrudo “Apaixonados do entrudo, esse divertimento inocente, que tanto refrigera o peito de quem ama”. E volta a criticar duramente o carnaval, afirmando “devíamos hoje desmascarar tais mascaradas, mais dispendiosas¹³, mais imorais, mais contrárias à saúde num tempo de verão (como é o nosso carnaval) do que as leves bolinhas de cera” (*A Marmota na Corte*, 07 de mar. de 1851, p.01).

Nessa edição, nós podemos observar outro argumento utilizado pela *Marmota* para afirmar sua posição, a questão de defendê-lo por ser uma fonte de renda para inúmeras famílias, visível no

¹³ Na edição de 17 de fev. de 1857, anos depois, o redator volta ao assunto de gastos, demonstrando, com valores, exemplos dos altos montantes gastos nos teatros e nas vestimentas.

trecho “em cujo trabalho se ocupavam inúmeras famílias brasileiras, tirando disso pequenas quantias de que mil vezes se serviam, senão para casa, cama, e mesa, ao menos para seus alfinetes”. Esse, de fato, é um aspecto característico do entrudo, a produção dos artefatos (limões de cheiro) em casa, no seio familiar, que gerava lucro: “A fabricação caseira de todo o arsenal utilizado no entrudo funcionava ainda como uma possibilidade de renda extra para as famílias mais pobres, que vendiam seus produtos pelas ruas da cidade” (Monteiro, 2010, p.04).

Era um processo artesanal, em que meninas e senhoras se entregavam ao labor para a confecção dos limões e laranjas perfumados. Limões naturais, previamente untados com sabão, eram espetados e mergulhados em cera derretida, formando uma camada de cera que, ao esfriar, era cuidadosamente cortada em duas metades para a retirada da fruta. As metades eram então soldadas novamente com cera morna, criando uma cápsula oca no formato do fruto, que então recebia coloração (carmim, anil...). Depois, recheavam com água aromatizada com essências de canela, rosa, cravo, por meio de um pequeno funil para conduzir o líquido (Moraes Filho, 2002, p.116-117).

A *Marmota* também critica nesta edição outros dois elementos dos bailes mascarados, sendo eles o alto custo e a imoralidade. Quanto aos gastos, diz “para uma população como a nossa, e que sofreu há um ano todas as consequências da febre amarela, quarenta a cinquenta contos de réis gastos em bailes mascarados, tanto neles como por eles, é certamente coisa espantosa!”. O autor do texto critica o fato de que o lucro, outrora reservado às famílias com o entrudo, sequer ficava no país, “e tudo isto arrancado aos nacionais vai para o estrangeiro em lãs, sedas, veludos, [...], assim como em máscaras de todos os gêneros”¹⁴ (*A Marmota na Corte*, 07 de mar. de 1851, p.01). Diz, ainda, que os bailes naquele ano andaram para trás, como caranguejo, frequentados por um povo mal vestido, mal arranjado, sem graça e sem espírito.

Reforçando a crítica ao estrangeirismo, o texto se estende pela página dois, e continua, ao citar as vantagens que o entrudo possuiria quando comparado ao carnaval “Ora dissei-me, leitores, em que se parece isto com o belo jogo de entrudo, esse divertimento do tempo dos nossos maiores, e que dava menos desgostos e prejuízos do que dão hoje estas novidades importadas do estrangeiro”. O autor demonstra-se consciente das proibições legais “Sei que clamo no deserto, porque medidas proibitivas impedem-nos que brinquemos com limões de cheiro”, mas volta a afirmar suas convicções:

Pergunta-se agora aos senhores inimigos do entrudo: o que é melhor, jogar a gente o seu limãozinho em casa, molhar-se e mudar de roupa, ou sair do baile, quente, suado e fadigado, e expor-se rapidamente às oscilações do tempo? Viva os Bailes! Dirão eles. Viva o Entrudo! Lhes responderemos nós (*A Marmota na Corte*, 07 de mar. de 1851, p.02).

Nesse sentido, são pertinentes as considerações de que a folha, empenhada em contribuir

¹⁴ Não foi a primeira vez que a gazeta criticou o lucro para o estrangeiro. No poema analisado anteriormente, de 12 de fev. de 1850, observamos: “As limas do entrudo / Nos deixam dinheiro: / Os lucros dos bailes / Vão para o estrangeiro”.

com o processo civilizatório da nação, não via na herança portuguesa o atraso do país (como a prática entrudista), mas sim no afrancesamento, seja na utilização de termos do idioma francês ou, nesse caso, na extravagância e nos costumes (Santos, 2009, p.58-59).

É importante lembrarmos que a *Marmota* preocupava-se com a questão da moralidade, e afirmou na mesma edição, de 07 de março de 1851, que nos bailes mascarados seria impossível engendrarem-se casamentos, como no jogo do entrudo, e o máximo que aconteceria seria dar lugar para que um marido passeasse com a amante (devido à máscara, que o tornaria irreconhecível). Em outra edição, do mês de abril, há outro texto que afirma “O teatro de São Pedro abre suas portas ao licencioso divertimento do paganismo, a essa franca permissão de orgias e de deboches, muito próprios do carnaval” (*A Marmota na Corte*, 18 de abr. de 1851, p.04). Tempos depois, ainda sobre a questão moral, a gazeta trata novamente sobre antiguidade pagã, da vaidade, e afirma “Para nós as Mascaradas são mais perniciosas, e muito mais imorais do que o entrudo. A mocidade perverte-se muito mais nos bailes mascarados” (*Marmota Fluminense*, 20 de fev. de 1855, p.01).

Considerações como estas revelam que o empenho moralizante do periódico em demonstrar a suposta promiscuidade do carnaval está em consonância com sua defesa dos costumes portugueses, e do espírito religioso do país colonizador. Segundo Santos, a *Marmota* está em conformidade com uma ideologia predominantemente católica (Santos, 2009, p.100). E quanto às mulheres, Santos entende que há uma defesa moral dos amores puros e belos, frente aos divertimentos “nem sempre virtuosos, oferecidos por uma sociedade urbana recheada de valores nefastos às mulheres, portanto, à família” (Santos, 2009, p.74), o que nos permite compreender melhor os trechos previamente tratados, sobre os casamentos.

No ano de 1852, último ano da primeira fase do periódico, há ainda menções relevantes à temática do presente artigo, escritas pelo autor identificado como “C.”. Em uma delas, há um esforço em tentar exaltar características positivas do carnaval, como vemos no trecho “Antigamente o nosso Carnaval consistia em grandes potes d’água deitados sobre as pessoas que passavam [...]; hoje, graças a Deus, vai desaparecendo esse bárbaro gracejo, do qual resultavam muitas vezes perigosas rixas” (*A Marmota na Corte*, 20 de fev. de 1852, p.01). Contudo, como já perceptível em outro trecho analisado, “C.” parece ser um escritor que sutilmente critica as mudanças em voga. Por exemplo, no meio deste texto cujo título é “Carnaval”, “C.” decide tratar sobre o entrudo. Ele afirma que o uso dos limões de cheiro é um costume que “caracteriza o nosso carnaval”, e explica – em tom saudosista – a sua característica de arranjar casamentos.

Na edição de 20 de fevereiro de 1852 há ainda outro texto, “Os Máscaras”, que faz uma crítica ao que ocorre nos bailes, os assuntos de conversa e as inconveniências. Segundo o redator, aos políticos, perguntam-lhes sobre atos administrativos, aos negociantes, sobre transações, ao namorado, sobre a amante, ao funcionário público, sobre a assinatura do ponto, aos juízes, sobre as

sentenças. Ao reconhecer alguém, “trava conversa com um deles, e descobre-lhe algum podre”. E conclui “Enfim, não é possível que um baile mascarado seja bom inteiramente sem haver muita riqueza e variedade nos costumes, e muita gente preparada nos pormenores da vida alheia” (*A Marmota na Corte*, 20 de fev. de 1852, p.01). Logo, embora a edição afirme que os teatros estarão ricamente preparados, o texto faz uma alerta aos inconvenientes que podem ocorrer.

Duas edições adiante, “C.” afirma que foram brilhantes os bailes do Carnaval, mas, nas entrelinhas, fala sobre os “homens de bem” (conforme termo utilizado no texto), e aponta que uma mulher com seu olhar atrairia adoradores, “incluindo os próprios moralistas do mundo extra-teatros, e isto porque no Carnaval, enquanto uns se escondem nas máscaras, outras tiram as que usam diariamente” (*A Marmota na Corte*, 27 de fev. de 1852, p.01). Ademais, em um texto ao lado, denominado “Viva o entrudo! Viva o Carnaval”, observa-se:

(Com licença da Illma Câmara Municipal...) O entrudo de 1852 deitou as manguinhas de fora! Tal é o poder de antigos costumes arraigados num povo, que sofrendo pacífico todos os impostos, todos os vexames, todas as privações, todos os ônus, enfim, a única regalia que lhes resta é a do entrudo, infeliz entrudo, de quem todos gostam e a quem todos censuram! O povo divertiu-se este ano como há bem poucos exemplos! Pobre povo, a quem, para privá-lo do prazer de seus limões, prometeu-se um programa de nova espécie de divertimentos, ou antes de divertimentos de nova espécie, e a quem nada se deu, nem mesmo os bailes mascarados (*A Marmota na Corte*, 27 de fev. de 1852, p.01).

Dessa maneira, percebemos que a *Marmota* defende a manifestação popular do entrudo evocando a necessidade da diversão do povo, em meio à vida difícil de privações. Para concluir o texto, o autor diz que falar na última noite do Carnaval e no brilhantismo do salão é dever da gazeta, “dever de todo o jornalista que for imparcial” (*A Marmota na Corte*, 27 de fev. de 1852, p.02). Assim, é possível inferir que a *Marmota* passa a noticiar as festanças carnavalescas não porque concorda com elas, mas sim por ser um fato corrente no seio da sociedade carioca, e o que importa em nossa análise é a forma como noticiam. Isto é, “C.” e a *Marmota* de maneira geral noticiam os eventos, os bailes, mas através de um tom crítico. Com relação à vida de privações, no ano de 1854 ressaltam novamente esse argumento: “A alta classe e a classe média têm sobras de divertimentos; mas a gente pobre – o povo – propriamente dito, passa uma vida de cão”. E exemplifica “come, porque precisa comer para viver, e dorme, porque não tem onde matar o tempo: fora disto: nada mais lhes é permitido gozar” (*Marmota Fluminense*, 24 de mar. de 1854, p.01)¹⁵.

Observamos até aqui alguns argumentos centrais no discurso do periódico para defender a prática popular, dentre eles, ser apropriado para o clima de verão; ser benéfico, segundo o ponto de vista da folha, por possibilitar a aproximação entre homens e mulheres, especialmente em situações

¹⁵ Na edição de 17 de fev. de 1860, retoma-se a importância de festejos gratuitos em que o povo pobre possa participar “divertimentos únicos em que o povo, o pobre povo propriamente dito, toma parte e desfruta de graça”, ocasiões em que fazem sair “extraordinariamente, o dinheiro das bolsas de muitos ricos [...] para as dos negociantes, já pelo que fornecem para esses artefatos, já pelo que vendem para as famílias que se apressam para esses dias de regozijo”.

que poderiam culminar em uniões matrimoniais; ser divertido, diferente do carnaval que consideravam inosso; ser um costume herdado das antigas nações, e ter se tornado tradicional no país; e ser necessário enquanto divertimento / ócio para a classe mais baixa da Corte do Rio de Janeiro, assim como enquanto fonte de renda (com a venda dos artefatos). E, através da maneira pela qual a *Marmota* trata a manifestação entrudista em oposição aos bailes, percebemos o que diz Chartier (2002), que mesmo dentro de modelos que são impostos por grupos ou poderes dominantes, a recepção cultural não é passiva e aceita por todos, ela é ativa e permite uma reapropriação, um desvio, resistência, e a elaboração de uma coerência própria. Desta maneira, dispositivos de vigilância (discursivos ou institucionais), que “numa sociedade têm por finalidade esquadrihar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas, modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos” (Chartier, 2002, p.60), longe de terem uma eficácia absoluta, concedem lugar à reinterpretação e uma apropriação simbólica. Ou seja, a *Marmota* se apoderou dos discursos dominantes, e resistiu ao criar novos usos e representações.

A fim de fornecer um panorama integral do periódico, é imprescindível destacar que nas fases seguintes, “*Marmota Fluminense*” (1852-1857) e “*A Marmota*” (1857-61 e 1864), não se alterou a postura de Francisco de Paula Brito e dos colaboradores. Especialmente até 1857, quando a folha era voltada para a cultura nacional, o entrudo continuou a ser tratado e defendido anualmente. A título de exemplo, em 1853 “R.” defendeu que a manifestação popular entrudista não trazia desavenças, pois não se podia fazer mal a quem se ama, e continua “Que interessantes horas de prazer, ventura e divertimento ali se não passaram [...] todos se pregando logros, todos dizendo graças, dançando, cantando e rindo!” (*Marmota Fluminense*, 04 de fev. de 1853, p.01). Na sequência, diz que embora os bailes de máscaras estivessem “quase nacionalizados”, o que ainda estaria longe era o bom gosto, a graça e o comportamento. A folha insiste no argumento de que os chistes do carnaval eram insípidos, e conclui “Tal divertimento, de tal forma composto, já se vê que não é divertimento, é sim aborrecimento” (*Marmota Fluminense*, 04 de fev. de 1853, p.02).

Em outra ocasião, afirma “Os apaixonados do belo entrudo querem [...] obstar tantos bailes mascarados, princípio, meio e fim de imensas imoralidades”. E continua “já que condenamos o inocente e brasileiro entrudo, para lhe darmos por herdeiro e sucessor um estrangeiro, encarado com desprezo em toda parte, exceto em Paris, de onde copiamos o mal e o péssimo, e nunca o belo e o sublime” (*Marmota Fluminense*, 24 de maio de 1853, p.02). Aqui, novamente, assume uma postura reticente quanto aos bailes mascarados. Uma vez iniciadas as Sociedades Carnavalescas em 1855, a folha manteve a sua postura. Em um dos números, o redator anunciou a chegada das Sociedades, afirmando nutrir um aferro ao entrudo, e sentir dentro da alma o seu fim, talvez para sempre, “porque para nós não havia coisa melhor” (*Marmota Fluminense*, 24 de mar. de 1854, p.01).

Por fim, a *Marmota* ironiza o progresso. Em um de seus números, diz que se lembrará para

sempre com saudade do jogo, belo, cômodo, apesar das pragas que lhe rogavam os inimigos d'água de cheiro, “Como, porém, tudo é progresso, e as maiorias é que governam, remédio não temos senão aceitar a coisa tal, qual nos dão, ainda que dela não gostemos” (*Marmota Fluminense*, 17 de fev. de 1857, p.01). Segundo o escritor, a imprensa é um órgão de opinião pública, e sua missão é aceitar o que é imposto, “e é por isso que nós, não gostando do carnaval, apregoamo-lo hoje, porque a população em geral o quer [...] com todas suas consequências, boas ou más”. E conclui “Viva, portanto, o carnaval!” (*Marmota Fluminense*, 17 de fev. de 1857, p.01). Esse trecho nos fornece sinais para compreendermos porque a *Marmota* criticava o carnaval e continuava o noticiando. Mais do que isso, é demasiado importante por ser uma crítica ao “progresso”, uma crítica à marcha que não para, questionando a necessidade de aceitar esse ritmo e suas consequências.

Em 1859, a folha critica de maneira ainda mais contundente essa marcha pelo “progresso” e também se percebe um claro chiste em relação ao discurso dominante. No poema intitulado “Saudação da Sociedade Petalógica ao Progresso do Século no Carnaval de 1859”, o autor, “J. A” diz que acabaram as modinhas, as ceias, agora reinam os pianos e os cantos italianos – criticando novamente o estrangeirismo excessivo francês e italiano, e continua “É, pois, o século das luzes / Não há mais que duvidar / A moda em todos põe rabo / Crianças vê-se a fumar / Chamando aos pais de diabo”. Na sequência, satiriza “O progresso causa espanto! / Até mesmo os caranguejos / Não andam mais para trás / Mosquitos e percevejos / Já não há – dorme-se em paz”. A estrofe final acentua o tom crítico, ao afirmar a maior glória do século “Mas para a glória mais subida / Tirou do entrudo a mandinga / À máscara erigindo um busto” [...] “Viva o século do progresso, / Em que tudo é grande e nobre / É tempo de divertir, / Ninguém se lembra que é pobre” (*A Marmota*, 11 de mar. de 1859, p.01). Assim, de maneira irônica, critica a substituição do entrudo pelo suposto carnaval civilizado, e transforma o discurso de modernidade em motivo de riso, utilizando metáforas (como a das crianças fumando) para demonstrar a inversão de valores na sociedade.

A *Marmota* volta a dizer que o carnaval, sendo em fevereiro, faz sentido aos europeus, que se aquecem nos bailes no inverno. O Brasil, porém, “que tudo arremeda do estrangeiro” deixou de se divertir com água, para vestir-se com lã e seda, e começar a pular, no tempo de calor intenso. Ironiza, mais uma vez “E viva o progresso!” (*Marmota Fluminense*, 27 de fev. de 1857, p.01).

Considerações Finais

Conclui-se, pois, que os anos de 1800 no Brasil representaram um período atravessado por conflitos e discursos heterogêneos, verdadeiros debates sobre questões consideradas essenciais para o desenvolvimento do país. A atmosfera cultural vivia transformações, não havia unanimidades, e sim um complexo cultural e social em busca da afirmação de uma identidade nacional. Por um lado o suposto progresso, com imposições da cultura *civilizada*, e por outro a cultura popular (o entrudo,

herança colonial, vista por muitos como ultrapassado).

Evidencia-se, ademais, que as práticas entrudistas não simplesmente caíram em desuso, mas sim sofreram com uma estratégia controladora moldada na cidade do Rio de Janeiro para elitizar as manifestações populares. Apesar de toda a sua popularidade, a prática foi considerada ilegal, em meio à tentativa de conferir à cidade do Rio de Janeiro uma aura de civilidade, colocando em prática estreita vigilância do espaço público e do lazer. O Código de Posturas da Corte, por sua vez, se encarregou de tentar eliminar o jogo, considerado bárbaro. Percebe-se, com a discussão, que para a elite brasileira “civilidade” era sinônimo de controle dos corpos (especificamente corpos negros), e dos comportamentos. “Civilização”, assim, era sinônimo de controlar vozes nas ruas, controlar a reunião de pessoas cativas, e assim por diante, sob pena de açoites ou trabalho forçado. Em termos entrudistas e carnavalescos, civilizar tornou-se sinônimo de segregar. Para tal, as elites criaram as Sociedades Carnavalescas e os luxuosos bailes privados, restritos às classes altas e brancas, consideradas “dignas” para frequentarem tais ambientes.

Contudo, mesmo nesse contexto de severa repressão para extinguir o entrudo, Francisco de Paula Brito, homem negro, foi capaz através da *Marmota* de defender o divertimento popular como necessário para a camada pobre (e negra) da população, atores sociais estes que historicamente sofreram e continuam sofrendo investidas repressivas do Estado. Conclui-se, através da análise das páginas da *Marmota na Corte* e da *Marmota Fluminense*, que o periódico se difere da grande imprensa do período, ao optar por uma qualificação majoritariamente positiva da manifestação cultural do entrudo em suas tiragens – apesar da pressão advinda da conjuntura social e cultural do Império. Ao mesmo tempo, o carnaval com inspiração francesa é rechaçado em diferentes números, seja pelo fato de os redatores o considerarem imoral, dispendioso, inconveniente, ou sem graça.

Por fim, é indubitável que, embora a *Marmota* tenha se colocado em algumas passagens na posição de órgão de opinião pública, com a missão de apenas veicular o que a maioria deseja, imparcialmente, o periódico foi muito além de aceitar o carnaval passivamente. Segundo Barros, inclusive, não há nada de neutro na mais simples escolha “do que informar, de quando informar, de como informar” (Barros, 2022, p.593), considerando os destaques dados a esta ou àquela notícia, as estratégias editoriais, o tamanho das letras, o objetivo, o modo pelo qual se busca convencer a opinião pública, e assim por diante. O jornal em geral, maior meio de comunicação do século XIX, tinha importância para direcionar o gosto popular. Logo, não é e não pode ser entendido pelos historiadores como apenas um meio de informação, pois é também um meio de comunicação “Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses” (Barros, 2021, p.425).

Sob essa ótica, conclui-se que “A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da

história cultural” (Chartier, 2002, p.137). Tomamos a postura da *Marmota* não como neutra, mas como uma resistência (ainda que simbólica) frente ao carnaval, e de defesa ao jogo do entrudo, com papel central ao se apropriar e questionar o discurso hegemônico presente na sociedade de 1850.

Dessa maneira, espera-se que este trabalho tenha contribuído para a historiografia e para a compreensão da história social e cultural da repressão de divertimentos populares no Brasil. Devido à amplitude das fontes utilizadas – tanto da *Marmota* quanto dos demais jornais que trataram sobre o entrudo – não se pode dar por encerrado o assunto, considerando a possibilidade de novas discussões sobre o tema. Assim sendo, espera-se que a continuação deste artigo seja uma realidade, para o aperfeiçoamento do conhecimento da nossa sociedade.

Fontes

A MARMOTA NA CORTE, jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 07/09/1849-30/04/1854.

MARMOTA FLUMINENSE, jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro (Paula Brito), 04/05/1854-28/05/1857.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **Festas e cultura popular na formação do “povo brasileiro”.** Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, v. 16, 1998, São Paulo. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11192>>. Acesso em: 06 de fev. 2025.

ABREU, Martha Campos. **“O IMPÉRIO DO DIVINO”:** Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro 1830-1900. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, abril de 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. IN _____ **História da vida privada no Brasil: Império - a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARMOND, Víctor Ribeiro Leivas Dias Ferreira. **Um Estado sem nação:** o IHGB e a construção da identidade nacional brasileira no século XIX. 2016. 54 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília.

BARROS, José D'Assunção. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas:** uma síntese metodológica. Revista Portuguesa de História, Coimbra, v.52, p.421-443, jun. 2021. Disponível em <https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18> Acesso em: 01 de abr. 2025.

BARROS, José D'Assunção. **Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica.** Revista História Unisinos, RS, v.26, n.03, p.588-604, set/dez de 2022. Disponível em <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/21514>> Acesso em: 16 de abr. 2025.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Tradução: Mana Manuela Galhardo. 2ª edição. Algés: DIFEL Difusão Editorial, S A, 2002.

COLAÇO, Thaís Luzia. **O carnaval no Desterro:** século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, 1988. 230p.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no Império:** Francisco de Paula Brito (1809-1861). Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. 316 p.

- KRAAY, Hendrik. (2024). *Repressing Entrudo and Promoting Carnival in Salvador, Bahia, Brazil, 1840s-1880s*. [Manuscrito submetido para publicação]. Universidade de Amsterdã.
- KRAAY, Hendrik. *The “Barbarous Game”: Entrudo and Its Critics in Rio de Janeiro, 1810s–1850s*. *Hispanic American Historical Review*, Estados Unidos, v.95, n.03, p.427-458, agosto de 2015. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/hahr/article-abstract/95/3/427/36390/The-Barbarous-Game-Entrudo-and-Its-Critics-in-Rio?redirectedFrom=fulltext>> Acesso em 31/03/2025.
- LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos, e por meio dos periódicos**. In M. L. Pinsky (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p. 111-153.
- MELO PINTO, Maria de Lourdes de. **Memorial Borrado: as lembranças do porvir carnavalesco**. In: VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF, Série VII, nº01- Livro de Resumos, 2003, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno12-18.html#_ftnref4> Acesso em 06 de fev. 2025.
- MONTEIRO, Débora Paiva. **O mais querido "fora da lei": um estudo sobre o entrudo na cidade do Rio de Janeiro (1889-1910)**. In: ANPUH, XIV ed., 2010, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos. Disponível em <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276734712_ARQUIVO_MONTEIRO_2010__ANPUHRJ.pdf> Acesso em: 30 de jan. 2025.
- MORAES FILHO, Mello. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- REIS, Laura Junqueira de Mello. **As mulheres no periódico *Marmota* (1849-1864): Escritos, estratégias e noções de civilidade**. 2020. 138 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.
- PAMPLONA, Otildes Costa Furtado; HOLLER, Marcos Tadeu. **Um olhar sobre o carnaval em desterro na segunda metade do século XIX a partir da atuação das sociedades carnavalescas**. *DAPesquisa*, Florianópolis, v. 5, n. 7, p. 346–362, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/14103>>. Acesso em: 24 de jan. de 2025.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História. Universidade de Brasília, Brasília, 2006, 197 f.
- SANTOS, Rinaldo Cavalcante dos. **A *Marmota na Corte*: recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX (1849-1852)**. 2009. 388 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.
- SCHULTZ, Kirsten. **Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821**. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 12, nº 24, p.05-27, 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/tem/a/SjQLPTwJhxPtm9H9ZDXv9vw/?lang=pt>> Acesso em 13 de fev. 2025.
- SIMIONATO, Juliana Siani. **A *Marmota* e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)**. 2009. 517 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- VIEIRA, Martha Victor. **Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado**. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 5, n. 10, p.87-99, jul-dez 2006. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/801>. Acesso em: 5 nov. 2025.